GAPLAN
GRUPO EMPRESARIAL

CARTA DE APRESENTAÇÃO CIRCULAR 3.964/2019

Eu **DIMAS THOMAZ JUNIOR,** brasileiro, natural de Itu, Estado de São Paulo, casado, Contador, nascido em 04/11/1967, portador da cédula de identidade RG nº 16.604.926-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 072.181.378-06, na qualidade de responsável pelo acompanhamento, surpervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e auditoria, e **MARCO SÉRGIO LUI,** brasileiro, natural de Itu, Estado de São Paulo, casado, Técnico em Contabilidade, nascido em 23/11/1968, portador da cédula de identidade RG nº 19.793.438 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 072.854.338-96, na qualidade de responsável Técnico de Contabilidade pela elaboração das Demonstrações Contábes da empresa **GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.** ("Sociedade"), com sede na cidade de Itu, Estado de São Paulo, na Avenida Antônio Gazzola, nº 1001, Jardim Hélio Baptistti, CEP 13.301-916, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.820.097/0001-42, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob NIRE 35.202.086.771, veem pela presente **Apresentar** as demonstrações financeiras semestrais divulgadas em sitio eletrônico de acesso gratuito, cumprindo assim os incisos I ao V do artivo 4º da Circular 3.964 de 2019 editada pelo Banco Central do Brasil listada a Seguir:

Demonstrações Financeiras (Semestres Findos em 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018);

- Balanço Patrimonial;
- Demostração de Resultado;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração Consolidada dos Recusrsos de Consórcio;
- Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos;

A divulgação das demonstrações financeiras foi disponibilizada no endereço eletrônico:

- Abac.org.br
- Gaplan.com.br

Por ser declaração da verdade, firmam o presente,

DIMAS THOMAZ JUNIOR:07218137806 Assinado de forma digital por DIMAS THOMAZ JUNIOR:07218137806 Dados: 2020.06.19 10:56:17 -03'00'

Dimas Thomaz Junior
CRC 1SP141730/O-3

MARCO SERGIO LUI:07285433896 Assinado de forma digital por MARCO SERGIO LUI:07285433896 Dados: 2020.06.19 10:54:13 -03'00'

Marco Sérgio Lui
T.C. – CRC 1SP180646/O-8

GAPLAN
GRUPO EMPRESARIAL

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO
CIRCULAR 3.964/2019

WLADIMIR GAZZOLA JUNIOR, brasileiro, natural de Itu, Estado de São Paulo, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.473.440-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.286.488-56, e **LUCIANA GAZZOLA,** brasileira, natural de Itu, Estado de São Paulo, solteira, maior, empresária, portadora da cedula de identidade RG nº 9.473.441-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 035.286.518-06, ambos residentes e domiciliados à Avenida Antônio Gazzola, nº 1001, Jardim Hélio Baltistti, na cidade de Itu, Estado de São Paulo, CEP 13.301-916, sócios representando a totalidade do capital social da sociedade **GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.** ("Sociedade"), com sede na cidade de Itu, Estado de São Paulo, na Avenida Antônio Gazzola, nº 1001, Jardim Hélio Baptistti, CEP 13.301-916, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.820.097/0001-42, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob NIRE 35.202.086.771, veem **Declarar** que as informações contidas nos documentos de demonstrações financeiras são veridicas para todos os fins de direito.

Por ser declaração da verdade, firmam o presente.

Itu, 19 de Junho de 2020.

WLADIMIR GAZZOLA JUNIOR:03528648856
Assinado de forma digital por WLADIMIR GAZZOLA JUNIOR:03528648856
Dados: 2020.06.19 10:58:09 -03'00'

WLADIMIR GAZZOLA JUNIOR
Sócio Administrador

LUCIANA GAZZOLA:03528651806
Assinado de forma digital por LUCIANA GAZZOLA:03528651806
Dados: 2020.06.19 10:57:03 -03'00'

LUCIANA GAZZOLA
Sócio Administrador

GAPLAN
GRUPO EMPRESARIAL

GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO	30 de Junho de 2019	31 de Dezembro de 2018	PASSIVO	30 de Junho de 2019	31 de Dezembro de 2018
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Disponibilidades	32	14	Obrigações sociais	985	655
Títulos e valores mobiliários	13.754	13.582	Obrigações fiscais e previdenciárias	797	899
Outros créditos	74.155	53.692	Provisão para pagamentos a efetuar	233	1.232
Taxas de seguros a receber	-	-	Provisão para imposto de renda	297	72
Despesas do exercício seguinte	1	1	Outros	-	-
Impostos a Recuperar	248	207		2.312	2.858
	88.190	67.496			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**		
Impostos a recuperar	154	-	Obrigações fiscais e previdenciárias	1.094	1.094
Depósitos judiciais	2.701	2.698	Provisão para imposto de renda	-	-
Valores a Receber	-	-	Provisão para contingência	3.639	3.639
Adiantamento para consórcio	15	7	Pagamentos a efetuar	25.314	24.555
Outros	205.488	206.701	Outros	242.984	224.590
	208.358	209.406		273.031	253.878
PERMANENTE			**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Investimentos	6	6	Capital social	9.760	9.760
Imobilizado de uso	90	105	Correção monetária do capital	3	3
Diferido	-	-	Capital realizado atualizado	9.763	9.763
	96	111	Lucros (Prejuízos) acumulados	11.538	10.514
				21.301	20.277
Sub-total	296.644	277.013	**Sub-total**	296.644	277.013
					-
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			**CONTAS DE COMPENSAÇÃO**		
Recursos utilizados de consórcios	1.957.131	1.860.547	Recursos coletados de consórcios	1.991.068	1.901.310
Recursos a utilizar de consórcios	33.937	40.763	Contribuição de consórcio a receber	51.973	50.059
Previsão mensal de consorciados	51.973	50.059		2.043.041	1.951.369
	2.043.041	1.951.369			
TOTAL DO ATIVO	2.339.685	2.228.382	**TOTAL DO PASSIVO**	2.339.685	2.228.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

GAPLAN
GRUPO EMPRESARIAL

GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de reais)

	2019 1° Semestre	2018 Exercicio
RECEITAS OPERACIONAIS		
Rendas de taxa de administração	32.176	62.726
Outras receitas operacionais	1.023	1.377
	33.199	**64.103**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(5.079)	(7.713)
Despesas administrativas	(3.096)	(5.473)
Depreciação e Amortização	(15)	(53)
Outras despesas operacionais	(23.688)	(50.456)
	(31.878)	**(63.695)**
Resultado operacional	**1.321**	**408**
Resultado não operacional	-	513
Resultado antes do Imposto de Renda	**1.321**	**921**
Provisão para Imposto de Renda	214	44
Provisão para Contribuição Social	84	28
	298	**72**
Lucro líquido do semestre/exercício	**1.023**	**849**
Lucro líquido do sem./exercício pôr quota - Em R$	**0,00**	**0,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

GAPLAN GRUPO EMPRESARIAL

GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital realizado atualizado			
	Capital social	Correção monetária do capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**9.760**	**3**	**10.515**	**20.278**
Aumento de Capital	-			-
Lucro/Prejuízo líquido do semestre			1.023	1.023
Ajustes de Exercício anteriores				-
Saldo em 30 de Junho de 2019	**9.760**	**3**	**11.538**	**21.301**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

GAPLAN
GRUPO EMPRESARIAL

GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais)

	Períodos Findos	
	30.06.2019	31.12.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LIQUIDO AJUSTADO DOS SEMESTRES	**1.038**	**902**
Lucro Liquido/Prejuizo do semestre	1.023	849
Depreciações	15	53
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
VARIAÇÃO DOS ATIVOS E OBRIGAÇÕES	**-849**	**9.182**
Aumento/Redução em outros créditos	-19.456	(27.433)
Aumento/Redução em outras obrigações	18.607	36.615
DISPONIBILIDADES LIQUIDAS APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**189**	**10.084**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aquisição/Baixa de Imobilizado de Uso	**1**	**(9)**
Imobilizado	0	-
Investimentos	1	(9)
DISPONIBILIDADES LIQUIDAS GERADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**1**	**(9)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**190**	**10.075**
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA	**190**	**10.075**
No inicio do semestre/exercicio	13.596	3.521
No final do semestre/exercicio	13.786	13.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GAPLAN GRUPO EMPRESARIAL

GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de reais)

	30 de Junho de 2019	31 de Dezembro de 2018		30 de Junho de 2019	31 de Dezembro de 2018
ATIVO			**PASSIVO**		
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Aplicações financeiras			**Outras Obrigações**		
Depósitos Bancários	2.927	2.147			
Aplicações financeiras	31.010	38.617	Obrigações com Consorciados	430.973	414.406
			Valores a Repassar	2.371	2.360
Outros Créditos			Obrigações por Contemplações a Entregar	1.402	1.720
Bens Retomados ou Devolvidos	-	-	Obrigações com Administradora	-	-
Adiantamento de Recursos	-	-	Recursos a Devolver a Consorciados Desligados	4.102	3.994
Direito Junto a Consorciados Contemplados	411.827	388.683	Recursos do Grupo	6.916	6.967
	445.764	**429.447**		**445.764**	**429.447**
				-	-
COMPENSAÇÃO			**COMPENSAÇÃO**		
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Cons	51.973	50.058	Recursos Mensais a Receber de Consorciados	51.973	50.058
Contribuições Devidas ao Grupo	1.272.501	1.187.878	Obrigações dos Grupos por Contribuições	1.272.501	1.187.878
Consorciados-Bens a Contemplar	1.293.656	1.213.507	Obrigações pôr futuras contemplações	1.293.656	1.213.507
	2.618.130	**2.451.443**		**2.618.130**	**2.451.443**
TOTAL DO ATIVO	**3.063.894**	**2.880.890**	**TOTAL DO PASSIVO**	**3.063.894**	**2.880.890**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de reais)

	30/06/2019		31/12/2018	
	Saldo do Período	**Saldo Acumulado**	**Saldo do Período**	**Saldo Acumulado**
Disponibilidade no Início do Período				
Depósitos Bancários	2.147		3.094	
Aplicações Financeiras	38.616		35.974	
	40.763		**39.068**	
(+) Recursos Coletados	**89.759**	**1.991.067**	**119.391**	**1.901.311**
Contribuição para Aquisição de bens	75.518	1.834.260	110.300	1.758.743
Taxa de Administração	12.459	149.919	11.720	137.460
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.888	4.234	(2.600)	2.347
Multas e Juros Moratórias	(94)	2.347	(34)	2.441
Prêmios de Seguros	(55)	227	7	283
Outros	43	80	(2)	37
(-) Recursos Utilizados	**(96.585)**	**(1.957.130)**	**(117.696)**	**(1.860.548)**
Aquisição de Bens	(86.993)	(1.783.275)	(96.340)	(1.696.283)
Taxa de Administração	(12.459)	(149.919)	(11.720)	(137.460)
Multa e Juros Moratórios	32	(1.172)	(1)	(1.204)
Prêmios de Seguros	55	(227)	(7)	(283)
Devolução Consorciados Desligados	1.472	(15.198)	(6.800)	(16.670)
Outros	1.308	(7.339)	(2.828)	(8.648)
Disponibilidade no Final do Período	**33.937**	**33.937**	**40.763**	**40.763**
Aplicações financeiras	**33.937**	**33.937**	**40.763**	**40.763**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

CNPJ nº 47.820.097/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÁS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30/06/2019 (Em milhares de reais)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A administradora foi constituída em 25 de janeiro de 1977 e opera como administradora de consórcio desde aquela data, conforme autorização do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil. Atualmente suas atividades estão voltadas, essencialmente, para os ramos de imóveis, caminhões, automóveis e motocicletas e outros bens móveis.

2 – ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo as práticas contábeis no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638 de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – Bacen específicas para empresas administradoras de consórcio e estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da Administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira consolidada desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio, conforme a Carta-Circular Bacen n° 3.147 de 29/09/2004.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administradora se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido ás imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Administradora em 31 de julho de 2019.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas para o registro e avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

3.1 - DA ADMINISTRADORA

a-) Resultado das operações – A apuração do resultado e efetuada segundo o regime de competência, exceto pela taxa de administração que é reconhecida quando do efetivo recebimento das prestações dos consorciados, e a despesa com comissões sobre vendas é apropriada ao resultado quando da realização da venda.

b-) Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em reais, com alto índice de liquidez no mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais inexistam multas ou quaisquer outras restrições de resgate imediato.

c-) Aplicações interfinanceiras de liquidez – São demonstradas pelo valor aplicado, acrescido, dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d-) Títulos e valores mobiliários – De acordo com o estabelecido pela Circular/Bacen n° 3.068 de 08/11/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira devem ser classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administradora, quais sejam:

● Títulos para negociação;

● Títulos disponíveis para venda; e

● Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme a intenção da Administradora os Títulos e Valores Mobiliários da empresa foram classificados como sendo para "negociação".

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

e-) Outros Ativos e Realizáveis a Longo Prazo – Os demais ativos são apresentados ao valor de custo, deduzindo, quando aplicável, por provisão para ajuste do valor de realização.

g-) Imobilizado de uso – Os imobilizado de uso e demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo utilizadas as taxas apresentadas na Nota Explicativa n° 7.

h-) Avaliação do valor recuperável de ativos – Conforme Circular/Bacen n° 3.387 de 03/06/2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC n° 01, os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. A Administradora não teve nenhum ativo sujeito à perda pelo seu valor recuperável durante este primeiro semestre de 2019.

i-) Provisão para riscos, ativos e passivos contingentes – O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, provisões de risco e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular/Bacen n° 3.484 de 02/02/2010 (NOTA 9), que aprovou o pronunciamento técnico CPC n° 25, sendo os principais critérios os seguintes:

● **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

● **Provisões:** é determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após analise de cada ação. Estão provisionadas as contingências para

aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

● **Passivos contingentes:** os passivos contingentes, classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação;

● **Os depósitos judiciais:** são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento as normas do Bacen.

j-) Imposto de renda e contribuição social – A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R$ 20 mil mensais (R$ 240 mil para o exercício). A contribuição social é calculada ela alíquota de 9%.

3.2 - DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

Os ativos e passivos circulantes estão representados, principalmente, pelas contas a seguir, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, conforme determina o modelo de publicação do Banco Central do Brasil – BACEN.

a-) Aplicações financeiras – São demonstradas pelo valor aplicado, acrescido, dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os rendimentos das aplicações são rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos diários.

b-) Bens Apreendidos ou retomados – Representam o valor dos bens apreendidos e retomados dos clientes inadimplentes.

c-) Direitos com consorciados contemplados – Contempla os valores a receber dos consorciados referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva.

d-) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados – Representa o valor das contribuições a receber (do fundo comum e do fundo de reserva) dos consorciados ativos no mês subsequente ao do balanço.

e-) Contribuições devidas aos grupos – Demonstra a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens na data do balanço.

f-) Valor dos bens a contemplar – Apresenta o valor total dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens na data do balanço.

g-) Obrigações com consorciados – Representam o fundo comum, recebido dos consorciados não contemplados para aquisição de bens, o fundo de reserva, a taxa de administração e o seguro, recebidos de consorciados de grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

h-) Valores a repassar – São valores recebidos e ainda não repassados a terceiros pelo grupo, relativos a taxa de administração, prêmios de seguros, multas, juros moratórios e multas rescisórias.

i-) Obrigações por contemplações a entregar – São créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos de rendimentos financeiros.

j-) Obrigações com a Administradora – Representam o valor de eventuais obrigações do grupo de consórcio com a respectiva administradora.

k-) Recursos a devolver a consorciados – Contempla os recursos coletados a serem devolvidos a consorciados ativos pela sobra de caixa (pagamentos a maior de parcelas), bem como os valores a pagarem aos consorciados desistentes e excluídos relativos as respectivas contribuições de fundo comum e ao fundo de reserva, deduzidos das multas aplicadas, ambos atualizados pela variação do preço do bem na data do balanço.

l-) Recursos dos grupos – São recursos recebidos a título de fundo de reserva, os rendimentos de aplicações financeiras, as multas, os juros moratórios retidos no grupo, as multas rescisórias retidas e a atualização dos direitos com consorciados contemplados, bem como a atualização das obrigações dos itens do passivo quando ocorrer variação do preço do bem.

m-) Informações complementares sobre os grupos em andamento

Seg.	N° de Grupos	Quantidade de Cotas		N° Participantes	
		Contempladas	Não Contempladas	Ativos	Quitados
II	204	8.646	5.263	13.909	4.560
III	26	1.210	649	1.859	652
IV	0	125	30	155	103
Imóveis	23	762	547	1.309	468
TOTAL	**253**	**10.743**	**6.489**	**17.232**	**5.783**

A taxa de administração média cobrada nos grupos ativos (bens móveis) é de 12%
A taxa de administração média cobrada nos grupos ativos (bens imóveis) é de 10%

4 – Caixa e equivalente de caixa

	30.06.2019	31.12.2018
Caixa	2	2
Depósitos bancários	30	12
Total	32	14

5 – Títulos e valores mobiliários – administradora e grupos de consórcio

	Administradora		Grupos	
	Valor custo/mercado		Valor custo/mercado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Títulos para negociação				
Cotas de fundos de investimentos	13.754	13.582	31.010	38.617
Total	13.754	13.582	31.010	38.617

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os fundos de investimentos não exclusivos.

A administração classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com sua intenção de negociação. Nos períodos findos em 30.06.2019 e 31.12.2018 não foram realizadas reclassificações ou alterações nas intenções, por parte da Administração.

6 – Outros créditos diversos

	30.06.2019	31.12.2018
Valores pendentes de recebimento – cobrança judicial (1)	205.487	189.190
Adiantamentos a funcionários	160	1
Adiantamentos diversos	12	5
Adiantamentos a fornecedores	0	7
Depósitos judiciais	2.701	2.600
Créditos tributários	402	305
Cotas de consórcio	73.966	71.178
Outros valores a receber	32	18
Despesas antecipadas	1	1
Total	**282.761**	**263.305**
Curto Prazo	**74.404**	**53.899**
Longo Prazo	**208.357**	**209.406**

7 – Imobilizado de uso

				30/06/2019	31/12/2018
Descrição	**Deprec.**	**Custo Corrig.**	**Deprec. Acum**	**Valor Liquido**	**Valor Liquido**
Imóveis-Terrenos	-	6	(0)	6	6
Imóveis de Uso	4%	24	(3)	21	21
Instalações	10%	7	(7)	0	0
Moveis e Utensílios	10%	499	(477)	22	29
Direitos de Uso	-	9	(0)	9	9
Processamento de Dados	20%	923	(886)	37	46
Veículos	20%	19	(19)	0	0
TOTAL				**95**	**111**

8 – Outras obrigações

	30.06.2019	31.12.2018
Fiscais e Previdenciárias:		
IRPJ á recolher	214	0
CSLL á recolher	84	0
COFINS á recolher	422	406
PIS á recolher	92	88
ISS á recolher	46	45
INSS á recolher	146	186
FGTS á recolher	32	44
Salários e ordenados á pagar	200	194
Outros impostos á recolher	1.185	1.296
Total	**2.421**	**2.259**
Diversas:		
Recursos não procurados – Grupos (1)	25.314	24.556
Valores pendentes de recebimento – cobrança judicial (2)	205.488	189.190

Provisão para riscos	37.902	35.807
Provisão para pagamentos e efetuar	785	461
Provisão para contingências fiscais	1.993	1.993
Outras obrigações	1.440	2.470
Total	**272.922**	**254.477**
Curto Prazo	**2.312**	**2.855**
Longo Prazo	**273.031**	**253.881**

(1) Valores não retirados por consorciados desistentes e excluídos, bem como aqueles oriundos de fundo de reserva à disposição de consorciados, relativos a grupos encerrados, estando depositados em Fundos de Investimentos.

(2) Valor a receber de consorciados de grupos encerrados que interromperam o pagamento de suas mensalidades e foram acionados judicialmente.

9 – Provisões para ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais

a-) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não existiam ativos contingentes.

b-) Provisão para riscos e passivos contingentes

As provisões para riscos são representadas por contingências cíveis e trabalhistas com probabilidade de perda provável, conforme segue:

	Ações Cíveis/Fiscais		Ações Trabalhista		Total	
	30.06.19	**31.12.18**	**30.06.19**	**31.12.18**	**30.06.19**	**31.12.18**
Saldos no inicio do período	37.800	21.802	-	45	37.800	21.847
Constituições/atualizações	7.976	17.284	-	-	7.976	17.284
Baixas/reversões	(5.881)	(1.286)	-	(45)	(5.881)	(1.331)
Saldos no fim do período	**39.895**	**37.800**	**-**	**0**	**39.895**	**37.800**

10 – Patrimônio líquido

a-) Capital social

Em 30 de junho de 2019, o capital social é de R$ 9.760 (R$ 9.760 em 2018), dividido em 9.760 (9.760 em 2017) quotas com valor nominal de R$1,00.

11 – Limites de alavancagem

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradoras de consórcio estabelecido na Circular/Bacen n° 3.524 de 03/02/2011 é de 6 (seis) vezes o valor de seu patrimônio líquido ajustado, obtido através dos seguintes fatores:

CONTA	NOMENCLATURA	VALORES
(+) 09.0.0.0.0-7	Disponibilidades (4350)	33.937
(-) 09.6.0.0.0-9	Aplicação Vinculada Contemplação (4350)	(1.213)
(+) 4.0.0.00.00-8	Passivo Circulante (4010)	275.343
(-) 4.9.8.93.20-9	Valores Pend. Receb.- Cobr.Jud. (4010)	(205.488)

CONTA	NOMENCLATURA	VALORES
(=)	**TOTAL**	**102.579**
	Divisor Utilizado	6
	Patrimônio Líquido Exigido (1)	17.096
(+) 6.0.0.00.00-2	Patrimônio Líquido Contábil em 30.06.19	21.301
(-)	Ajustes da Auditoria	-
	Patrimônio Líquido Ajustado (2)	21.301
(=)	**SUPERÁVIT PATRIMONIAL (3) = (2) – (1)**	**4.205**

12 – Limites de imobilização

Mediante o limite de imobilização determinado no artigo 2º, paragrafo 1º, inciso I da Circular Bacen nº 3.524 de 03/02/2011, o Ativo Permanente das administradoras de consórcio a partir de 31/01/2015, não poderá ultrapassar 100% do valor do respectivo PLA, como demonstramos a seguir com base no balanço de 30/06/2019:

RUBRICA	SALDO
Ativo Permanente	95
Patrimônio Liquido Ajustado	21.301
= Limite de Imobilização	**21.206**

13 – Receitas de prestação de serviços e outras receitas

Composta, basicamente, por taxa de administração de grupos de consórcio.

	30.06.2019	31.12.2018
Receitas de taxa de administração	32.137	62.726
Receitas financeiras	231	137
Outras receitas	832	1.240
Total	**33.200**	**64.103**

14 – Despesas de pessoal

	30.06.2019	31.12.2018
Benefícios (1)	271	554
Encargos sobre folha (2)	1.256	1.420
Proventos (3)	2.823	3.541
Total	**4.350**	**5.515**

1) São benefícios do tipo vale-alimentação, assistência médica, cesta básica e outros pagos exclusivamente aos colaboradores CLT da Administradora.

2) São contribuições as previdências sociais (INSS) e ao fundo de garantia do trabalhador (FGTS) incidentes sobre os proventos.

3) Gastos com a remuneração dos colaboradores a título de salários, prêmios de produção, gratificações e outros proventos fruto do trabalho por ora realizados.

15 – Outras despesas administrativas

	30.06.2019	31.12.2018
Comissões (1)	4.691	7.349
Serviços técnicos especializados	537	957
Serviços de terceiros	230	452
Depreciação e amortização	15	51
Despesas tributárias	3.620	6.322
Perdas com grupos de consórcio	17.239	40.129
Outras despesas (2)	1.495	2.479
	27.827	**57.739**

1) Refere-se ao pagamento de serviços de intermediação de vendas de cotas de consórcio.
2) Refere-se, substancialmente a despesas de aluguéis, comunicações, manutenção e conservação de bens, e despesas de viagens.

16 – Componente organizacional de auditoria

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.477 e pelas Circulares Bacen n.º 3.359 e 3.370, respectivamente de 28/07/2007, 03/08/2007 e 23/10/2007, o componente organizacional de ouvidoria se encontra em pleno funcionamento, com nomeação do Ouvidor designado e também do Diretor responsável, estando ambos os nomes já encaminhados em comunicação ao Banco Central do Brasil, não havendo nenhuma demanda neste primeiro semestre de 2019.

17 – Manual de controles internos

A Administradora mantém atualizado o manual de controles internos, onde se encontra registrado:

a-) O processo operacional da Administradora e dos Grupos de Consórcio;

b-) O gerenciamento de riscos, e

c-) O gerenciamento das contingências.

18 – Partes relacionadas

Nos termos da Carta-Circular 3.410 de 13/08/2009, informamos que as transações com partes relacionadas se restringiram ao pagamento de bens junto á empresas ligadas (GAPLAN CAMINHÕES LTDA e GAPLAN GAMINHÕES LESTE LTDA), eventualmente adquiridos dessas empresas para consorciados contemplados em grupos por nós administrados.

19 – Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 31 de julho de 2019.

20 – Convergências das práticas contábeis

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo CMN – Conselho Monetário Nacional.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

*Resolução nº 3.566/08 – Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);

*Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);

*Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);

*Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

*Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);

*Resolução nº 3.989/11 – Pagamento baseado em Ações (CPC 10), e

*Resolução nº 4.007/11 – Politicas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC23).

Atualmente não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva ou introspectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis.

21 – Gerenciamento de riscos

a) Risco de crédito

A atividade de administração de consórcios, por sua própria natureza, possui reduzidos fatores de riscos financeiros, visto que o principal risco, o de crédito de um grupo de consórcio, é assumido pelo grupo de consorciados. Contudo, a administradora pode, por questões comerciais, assumir os saldos dos grupos que venham a se encerrar devedores, assumindo os créditos juntos aos consorciados inadimplentes.

A empresa tem como prática a contemplação de todos os consorciados adimplentes quando do encerramento dos grupos de consórcio, mesmo que o grupo se encerre devedor. Essa prática expõe a administradora a um risco de crédito, cuja gestão é realizada corporativamente e busca minimizar potenciais efeitos adversos na empresa. Os principais procedimentos de gestão do risco de crédito são: análise de crédito detalhada quando do pagamento do bem ou serviço ao consorciado e a obtenção de garantias, alienação do bem entregue ou garantia real no caso de um serviço;

b) Risco de liquidez

A Administradora é capitalizada, não possui recursos tomados junto a terceiros e todas suas disponibilidades são aplicadas em Títulos e Valores Mobiliários, em sua maioria de liquidez imediata, em instituições financeiras, consideradas pelo mercado, de primeira linha. Sendo assim, o risco de liquidez da Administradora é praticamente nulo. Adicionalmente, a Administradora possui limites de patrimônio líquido ajustado e limites operacionais que estão sendo observados pela administração, conforme disposições do Banco Central do Brasil.

22 – Fatos subsequentes

A Administradora não apresenta eventos relevantes subsequentes ao fechamento de 30 de junho de 2019.

WLADIMIR GAZZOLA JUNIOR
Sócio Administrador

PEDRO AUGUSTO ROSSI CLARO
Diretor Administrativo

MARCO SÉRGIO LUI
CRC1SP180646/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ACR – RA/SP 066/2019

Aos
Diretores e Administradores da
GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
Itú - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

*** Provisões e passivos contingentes – cíveis e trabalhistas**

Conforme mencionado nas notas explicativas n° 9, a empresa constituiu provisão para demandas cíveis e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da empresa, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgação relacionada às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

*** Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Testamos o desenho e efetividade dos principais controles para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação da provisão para passivos contingentes, incluindo a totalidade e integridade da base de dados e sistemas subjacentes.

Também, realizamos procedimentos de confirmação junto aos advogados internos e externos responsáveis pelos processos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as divulgações efetuadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**, e apresentadas como informação gerencial, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2019, apresentadas para fins de comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram por nós revisadas, e emitimos relatório sem modificação de opinião datada de 28 de fevereiro de 2019.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores

A administração da **GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse assunto.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório esta, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil-Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** continuar operando, divulgando,

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtermos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliarmos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Sorocaba (SP), 30 de agosto de 2019.

ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP035035/O-0

ELIZEU DE AZEVEDO
Contador CRC1SP076962/O-9
Auditor Independente – CNAI n° 179

ANTONIO CARLOS RUBINATO
Contador - CRC1SP111745/O-5
Auditor Assistente

JÉSSICA CHRISTINA M. G. RUBINATO
Contadora – CRC1SP297849/O-9
Auditora Assistente